

**SÚMULA****18ª Reunião Ordinária da Comissão Temporária de Políticas Afirmativas (CTPAF-CAU/RS) 03.12.2024**

DATA	03 de dezembro de 2024	HORÁRIO	9h às 12h
LOCAL	Sede do CAU/RS (Rua Dona Laura, n. 320, 15º andar, Rio Branco, Porto Alegre/RS)		

PARTICIPANTES	Carlos Eduardo Iponema Costa	Coordenador
	Mayara Godoi Damian	Coordenadora Adjunta
	Sherlen Cibely Rodrigues Borges	Membro
	Luís Henrique Brock	Membro
ASSESSORIA	Mônica dos Santos Marques	Secretária de Apoio às Comissões e Colegiados
	Sabrina Lopes Ourique dos Santos	Assistente Administrativa
CONVIDADA	Danielle Pereira de Lima	Arquiteta e Urbanista

**1. Verificação do quórum**

Presenças	Verificado o quórum para início da reunião às 09h20min, com os(as) Conselheiros(as) acima nominados(as). Registra-se a ausência justificada do integrante Guilherme Osterkamp.
-----------	--

**2. Aprovação da súmula da reunião anterior**

Votação	Aprovada a súmula da 17ª Reunião Ordinária, com três votos favoráveis dos integrantes Carlos Eduardo Iponema Costa e Luís Henrique Brock, bem como da integrante Mayara Godoi Damian. Registrada a ausência da integrante Sherlen Cibely Rodrigues Borges e do integrante Guilherme Osterkamp.
Encaminhamento	Coletar assinatura e publicar no portal da transparência.

**3. Aprovação da pauta e extra pauta**

Encaminhamento	Mantida a pauta previamente apresentada.
----------------	--

**4. Comunicações**

Responsável	Sherlen Cibely Rodrigues Borges
-------------	---------------------------------

Comunicado	A integrante Sherlen comunica sua participação no evento Salvador e Suas Cores. Menciona os aspectos positivos da aproximação com integrantes de comissões de outros estados. Informa que relatou a respeito da proposta da CTPAF-CAU/RS para a adequação do SICCAU, quanto aos dados de cadastro dos(as) profissionais, e que recebeu o retorno de que a implementação irá acontecer. Informa que o CAU/SP está bem mais avançado no tema das políticas afirmativas e que possui uma comissão ordinária composta praticamente por mulheres pretas. Menciona que foram apresentados trabalhos relacionados a edificações de terreiros em Benin, na África, e terreiras no Brasil, cujas semelhanças representam um legado cultural edificado, manifestando-se como um patrimônio histórico.
Responsável	Carlos Eduardo Iponema Costa
Comunicado	O coordenador Iponema comunica que o CAU recebeu um convite, por intermédio da conelheira Martina, para uma fala no evento "O Novembro Negro e as políticas afirmativas para Arquitetura e Urbanismo", promovido pelo IAB. A convidada Danielle menciona que sonha com um tempo em que os convites não sejam apenas atrelados às datas comemorativas, como o 20 de novembro - Consciência Negra - ou o 03 de dezembro - Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, mas sim em todos os dias do ano, mas ressalta que a existência dessas datas já é uma forma de fazer as pessoas lembrarem destes grupos de pessoas, como ocorre no presente dia, 03 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.
Responsável	Carlos Eduardo Iponema Costa
Comunicado	O coordenador Iponema comunica a experiência da Caminhada do Percurso do Negro no Território Urbano de Porto Alegre, realizado em 30/11/2024. Menciona que a caminhada contou com um público diverso, composto por pessoas negras, brancas, idosos e jovens. Menciona que a palestrante ressaltou a representatividade dos negros na sociedade, deixando a escravidão sofrida do povo negro e segundo plano, com maior enfoque nas contribuições sociais, intelectuais, comerciais, gastronômicas, religiosas, etc. Menciona o quanto a atividade foi positiva e representativa e destaca, também, a participação de quem não é arquiteto(a) e urbanista.

## 5. ORDEM DO DIA

5.1	Arquitetura e Urbanismo e acessibilidade
Fonte	CTPAF-CAU/RS
Relatores	Membros
Convidada	Arq. e Urb. Danielle Pereira de Lima
	A convidada Danielle agradece o convite para fazer uso desse espaço de fala nessa data tão emblemática, marcada pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Conta que nasceu com uma deficiência chamada Atrofia Muscular Espinhal e por esse motivo nunca caminhou, portanto, sua experiência sempre foi de uma pessoa em cadeira de rodas. Desde criança teve o desejo de cursar Arquitetura e Urbanismo, quando já realizava desenhos de vistas de cima, porém, seu pai tinha bastante receio com as limitações que enfrentaria na profissão para desenhar na prancha, por exemplo. Aos 18 anos foi até a UFRGS e encontrou amparo e indicação de que conseguiria cursar Arquitetura e Urbanismo devido à tecnologia assistida. Indica que teve aprovação na UFRGS e na UNISINOS, e optou pela instituição privada, pela melhor oferta de acessibilidade, e indica que foi sua melhor escolha, pois hoje continua estudando na instituição no desenvolvimento de seu Mestrado em Acessibilidade em Arquitetura e Urbanismo, e refere que deseja se tornar uma docente universitária. Fala a respeito das nomenclaturas adequadas e indica que o correto é pessoa com deficiência, o que não é pejorativo, pelo contrário, é bastante aceito. Refere que no RS é a primeira profissional

## Discussão

Arquiteta e Urbanista cadeirante, o que considera um dado muito triste, tendo em vista que muitas pessoas deixam de realizar os seus sonhos profissionais em virtude da presença de uma deficiência. O coordenador Iponema questiona se os professores no ensino superior estavam preparados para ensinar uma pessoa com deficiência. No entendimento da convidada Danielle os professores estavam sim preparados, e acrescenta que sempre teve abertura para explicar o que não estava adequado às suas necessidades. Refere que ocorreu uma única situação em que um professor criticou o uso das ferramentas digitais para elaboração de projetos, e que teve a oportunidade de expor que graças a essas ferramentas ela tinha a possibilidade de cursar Arquitetura e Urbanismo, o que seria inviável se os desenhos fossem realizados apenas à mão. O integrante Luís questiona se há alguma bibliografia que contemple melhor as questões de acessibilidade do que a NBR 9050/2015. A convidada Danielle indica que existe uma lacuna bibliográfica, pois a NBR é superficial e exemplifica indicando que muitos banheiros considerados acessíveis não a contemplam, pois não possuem a bancada necessária para vestir-se, o que na NBR exige apenas para vestiários. Refere que cresceu com o hábito de ir a lugares públicos, como shoppings, e não beber água ou qualquer líquido, pois não podia contar com os banheiros acessíveis. A integrante Mayara refere que a oportunidade de ser bolsista não é um privilégio, mas algo que deve ser proporcionado às pessoas. Menciona que teve um colega cadeirante no ensino fundamental e presenciou como já era difícil o seu acesso à educação. A convidada Danielle indica que usa a palavra "privilégio" como uma provocação para causar a reflexão acerca do baixo acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior. A comissão discute a respeito do acesso a direitos básicos, que, por vezes, são considerados privilégios, quando, na verdade, são oportunidades que devem ser dadas para aproximar as chances existentes entre pessoas que não possuem deficiência e pessoas com deficiência. O coordenador Iponema faz menção à Universidade de Miami, em que existe a política de portas abertas, cujo ingresso e permanência é uma prioridade da instituição, e menciona que isso refletiu em uma queda brusca no índice de criminalidade na região. A convidada Danielle expôs que a realidade da pessoa com deficiência possui diversos aspectos que reverberam no dia-a-dia, e dá exemplos como a logística para deslocamento, em que é necessário um carro adaptado, uma pessoa para a levar nos lugares, entre outros. Menciona a restrição de acesso a serviços como Uber, que não oferece carro adaptado, bem como do valor superior para acesso ao serviço de táxis adaptados. Menciona a deficiência da acessibilidade qualitativa na Arquitetura e Urbanismo. Questionada se a UNISINOS atendeu integralmente suas necessidades durante a graduação, a convidada afirma que sua cadeira é motorizada, então não possui dificuldades com inclinação de rampa, mas, recentemente foi contatada por uma aluna do campus, a qual usa cadeira manual, e por isso possuía dificuldade de subir uma rampa. Relata que fez as medições de ângulo e identificou que a rampa não estava dentro das normas, o que gerou uma solicitação à IES para adequação, a qual foi acolhida e está sendo providenciada, portanto pode afirmar que suas necessidades foram atendidas, mas que essa pode não ser a mesma realidade para todas as pessoas com deficiência que frequentam o espaço. O coordenador Iponema questiona se a convidada sente medo de sair de casa, se há algum constrangimento, etc. A convidada Danielle afirma que gostaria de ter liberdade para ir onde quiser, mas a realidade é que precisa ligar para os lugares para confirmar se há acessibilidade, assim como precisa pedir fotografias para ter certeza de que não será surpreendida por situações em que os lugares não possibilitem sua mobilidade. Afirma que comumente o acesso de cadeirante às edificações é realizado por locais alternativos e afirma que a pessoa com deficiência tem que acessar os lugares pela entrada principal, como todos os outros usuários. Menciona o Parecer CNE/CES nº 948/2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que deliberou sobre a alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, bem como sobre a alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, porém, isso não está refletido nas DCNs vigentes e nem nas diretrizes do CAU em vigor, portanto não é aplicado pelas IES em geral. O coordenador Iponema menciona que na CEF-CAU/RS está em pauta o texto das novas DCNs para o curso de Arquitetura e Urbanismo, e que poderá ser enviada uma proposta para a análise deste aspecto.

Sobre o tema Arquitetura e Urbanismo e acessibilidade, a convidada ressalta que o principal problema enfrentado nas cidades é a falta de calçadas com rebaixamento de meio fio, o que é bastante presente em Porto Alegre, que é a capital do estado, e que a dificuldade se intensifica ainda mais nas cidades menores. A convidada Danielle ressalta que as questões que se apresentam na arquitetura de interiores é bastante complexa, pois a casa de cada um é

	individual e poderá ser planejada conforme suas necessidades, no entanto, para os ambientes públicos e comerciais é muito complexo. Faz menção aos balcões de atendimento, que costumam ser altos e não possibilitam a realização do pagamento ou a comunicação com o atendente de forma satisfatória. Exemplifica que os <i>buffets</i> também são bastante desafiadores, pois são altos e não possibilitam a visualização do alimento que está sendo oferecido e expôs que quando há espelhos na parte superior do <i>buffet</i> se trata de uma adaptação que visa possibilitar que pessoas com baixa estatura ou que fazem uso de cadeira de rodas possam enxergar a comida. A comissão discute as situações vivenciadas no ambiente acadêmico e no dia-a-dia, que expressam a realidade das pessoas com deficiência. Refere que em patrimônio histórico é onde existe a maior dificuldade de adaptação e reforça que no Centro de Porto Alegre é onde menos tem acesso. A convidada agradece o convite e refere que foi uma ótima primeira conversa. A convidada se coloca à disposição do CAU para contribuir com os temas referentes a Arquitetura e Urbanismo e acessibilidade.
Encaminhamento	Pautar o tema para continuidade da discussão pela comissão.

<b>5.2</b>	Palestras "Arquitetura e Urbanismo para todas e todos"
Fonte	CTPAF-CAU/RS
Relatores	Membros
Discussão	A assessora Mônica informa que a UNISINOS e a UNIVATES deram retorno positivo ao ofício enviado pelo CAU e menciona que as demais instituições estão pendentes de retorno. A assessora Mônica ressalta a importância dos integrantes revisarem a apresentação e fazerem complementações com os itens já indicados como importantes.
Encaminhamento	O integrantes farão a revisão da apresentação.

7. Definição da pauta para a próxima reunião	
Assunto	Palestras "Arquitetura e Urbanismo para todas e todos".
Fonte	CTPAF-CAU/RS
Assunto	Campanhas de letramento e assédio.
Fonte	CTPAF-CAU/RS
Assunto	Arquitetura e Urbanismo e acessibilidade.
Fonte	CTPAF-CAU/RS

7. Verificação do quórum – encerramento	
Presenças	A reunião encerra às 11h29min com os(as) participantes acima nominados(as).
Encaminhamento	A súmula desta reunião será enviada por e-mail para leitura e revisão.



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA LOPES OURIQUE DOS SANTOS, Assistente Administrativo(a)**, em 12/12/2024, às 10:23 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO IPONEMA COSTA, Coordenador(a)**, em 11/02/2025, às 14:57 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **EFB699B5** e informando o identificador **0418412**.

---

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar | CEP 90430-090 - Porto Alegre/RS

---

00176.002775/2024-93

0418412v29